

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS**

**Contrato nº 281-18-CBMSC
Pregão Presencial nº 63-18-CBMSC**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DE SANTA
CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE
BOMBEIROS MILITAR/FUNDO DE MELHORIA
DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR –
FUMCBM, E DO OUTRO LADO A EMPRESA
ENÉIAS CADORI – ME.**

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar, com sede na Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro, Florianópolis – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado Contratante, com recursos provenientes do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM, inscrito no CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, representado neste ato pelo Senhor Coronel BM Luís Henrique de Oliveira, Diretor de Logística e Finanças, portador do CPF nº 769.729.339-00 e de outro lado a empresa, **ENÉIAS CADORI - ME**, estabelecida na Avenida Darci Sarmanho Vargas, nº 151, bairro Centro, Faxinal dos Guedes - SC, CEP 89.694-000, telefone (49) 99982-3613, e-mail: cadori_adm@yahoo.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 26.383.691/0001-43, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Sócio-Proprietário, Sr(a) Enéias Cadori, portador(a) do CPF nº 043.740.389-06, firmam o presente instrumento de contrato de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUA EXECUÇÃO

O presente contrato tem por objetivo a **FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM DESASTRES URBANOS DO 14º BBM DE XANXERÊ, COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, conforme especificações constantes no Anexo Único, produto(s) esse(s) adjudicado(s) à CONTRATADA em decorrência do(a) **Pregão Presencial nº 63-18-CBMSC**.

§1º A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal, estadual e/ou municipal aplicáveis.

§2º São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO, DO VALOR, DO PREÇO, DOS REEQUILÍBRIOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO.

Do Regime de Execução

I – O regime de execução/forma de fornecimento deste contrato é **Empreitada por preço unitário**.

Do Valor

II – O valor deste contrato é de **R\$ 336.699,46 (trezentos e trinta e seis mil seiscientos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos)**.

Do Preço

III – O preço dos produtos serão praticados conforme valores especificados no Anexo Único.

IV – Do reajuste de preço – O preço estabelecido é irrecajustável, durante a vigência do presente contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributário, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do contrato;

V – A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de documento que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 2º do Decreto Estadual nº 968, de 16 de maio de 2012 (análise do Grupo Gestor de Governo), da forma como segue:

a) solicitação por escrito ao Diretor da DLF, através de carta registrada, com aviso de recebimento – AR, devendo comprovar o aumento dos encargos através de planilha de custos.

Das Condições de Pagamento

§1º A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, por intermédio do Banco do Brasil, em no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 40, inciso XIV, alínea “a” da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, a contar da data de recebimento e aceitação definitiva do(s) produto(s) pelo gestor do contrato, constada no verso da nota fiscal/fatura, respeitado ainda o cronograma de pagamento fixado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§2º A nota fiscal/fatura deverá ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos relacionados no item HABILITAÇÃO (envelope de nº 1) do Edital, e constar em seu teor o número do empenho e/ou Autorização de Fornecimento, do contrato, do processo licitatório e o endereço da organização onde o produto for entregue, bem como ser emitida em favor da CONTRATANTE, CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, conforme uma das opções abaixo:

I – em nome do **Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros**; ou

II – em nome do **FUMCBM**.

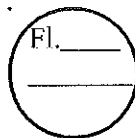
§3º No documento fiscal referente à aquisição de mercadorias ou prestação de serviços deverão ser observados, nas operações internas, os benefícios de isenção de ICMS previstos no Anexo 2 – Benefícios Fiscais, Capítulo I – Das Isenções, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.870 de 27 de agosto de 2001, e suas alterações, como segue:

a) o objeto deste Contrato goza de isenção do ICMS, condicionado ao desconto no preço unitário do item, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda, conforme dispõe o artigo 1º, inciso XI, do Anexo 2, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto estadual nº 2.870 de 27 de agosto de 2001, com amparo no Convênio ICMS nº 26/03;

b) a **isenção do ICMS** na aquisição de mercadorias por órgãos ou entidade da Administração Pública Estadual **alcança apenas fornecedores catarinenses**;

c) também goza de isenção o transporte das mercadorias adquiridas pela Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 5º, inciso VI, do Anexo 2 supramencionado, caso em que também deverá ser indicado o desconto no documento fiscal respectivo.

§4º O pagamento será liberado, caso o valor ultrapasse a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do estado em que for sediada a CONTRATADA, conforme Decretos Estaduais/SC nº 3.650, de 27



de maio de 1993 e nº 3.884, de 24 de agosto de 1993.

§5º A nota fiscal deverá vir acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo, se for o caso.

§6º A apresentação da nota fiscal contrariando as exigências enunciadas nos §§ 2º, 3º e 4º acima implica na suspensão do pagamento, gerando sua devolução para correção, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§7º Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§8º O pagamento da fatura será susinado se verificada execução defeituosa do contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§9º Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

§10º O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

Da Atualização por Inadimplemento

§11º Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores, poderão, se requeridos formalmente, ser corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

I – O prazo de vigência deste instrumento é a partir de **26 de julho de 2018 até 31 de dezembro de 2018**, sem prejuízo do prazo de garantia, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário.

II – O fornecimento dos produtos dos lotes I a IV deverão ser feitos de acordo com a necessidade do contratante data da solicitação, devendo ser entregues de segunda a quarta-feira, conforme descrito abaixo:

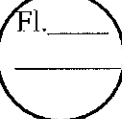
- a) Se solicitado nas sextas-feiras deverá ser entregue no período matutino da segunda-feira subsequente;
- b) Se solicitado em qualquer outra data, até o 2º dia útil após o pedido.

III – O prazo para substituir o objeto, prestar assistência técnica e concluir os reparos é de no máximo **10 (dez) dias**, a partir da comunicação de defeito feita pelo Contratante, devendo ser realizada no horário de expediente.

IV – A garantia dos objetos deste contrato contra quaisquer defeitos de fabricação compreendendo, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, é de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo.

V – Dos objetos:

- a) O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) no(a) **Rodovia SC 408 – KM 88, bairro Linha Barro**



Preto, Xanxerê – SC, CEP 89.820-000, telefone (49) 3382-2240, no horário compreendido entre 08h00 às 16h00.

§1º Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados nos objetos contratados, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias. Todas as despesas havidas no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção dos equipamentos correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer ônus.

§2º O CONTRATANTE poderá autorizar a prorrogação do prazo final de entrega, desde que configuradas quaisquer das hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros – FUMCBM para 2018, CNPJ nº 14.186.135/0001-06 – Fonte '0.2.19, Subação 11681, Item orçamentário 3.3.90.30.24, 4.4.90.52.24, 4.4.90.52.34 e 4.4.90.52.39.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Da CONTRATADA

I – Obriga-se a CONTRATADA:

- a) ao cumprimento integral do objeto deste contrato;
- b) ao fornecimento do objeto deste contrato, em consonância com o processo licitatório e de acordo com as especificações constantes no Anexo Único deste instrumento, com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) entregar o(s) bem(ns) adquirido(s) no prazo e local especificados na Cláusula Terceira, dentro de sua(s) embalagem(ns) individual(ais) original(ais) e lacradas; estas por sua vez em caixas de papelão próprias para este fim, bem como atender às determinações da CONTRATANTE;
- d) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do(s) bem(ns) adquirido(s), sem qualquer ônus adicional;
- e) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
- f) solicitar a prorrogação do prazo previsto na Cláusula Terceira até o vencimento, desde que justifique e comprove suas alegações; vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviado à empresa comunicado, por escrito, concedendo um prazo de 5 (cinco) dias para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia;
- g) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no processo licitatório;
- h) permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo CONTRATANTE ao local de fornecimento do(s) objeto(s);
- i) a estender a este contrato, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da CONTRATADA;
- j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento/prestação dos serviços, tais como fretes, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto deste instrumento;
- k) responsabilizar-se civil e criminalmente por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de dolo, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

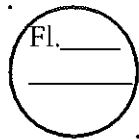


- l) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência do fornecimento;
- m) reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, no prazo constante na Cláusula Terceira, a partir da intimação, os bem(ns) que for(em) recusados por apresentarem-se danificado(s)/defeituoso(s), resultantes da fabricação ou da execução do fornecimento, com prazos de validade vencidos, se for o caso, ou que estiverem em desacordo com o disposto no edital e seus anexos. Aplica-se o disposto nesta alínea aos bem(ns) adquirido(s) que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções durante o período de garantia;
- n) responder pelos danos que porventura venha a ocasionar a equipamentos em razão da qualidade do(s) bem(ns) adquirido(s) ser(em) inadequado(s), sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;
- o) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- p) arcar com o ônus, quando forem constatadas irregularidades, de acordo com os termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com a Legislação de Defesa do Consumidor;
- q) fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;
- r) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- s) realizar os serviços de montagem/entrega nos horários determinados pela CONTRATANTE. A instalação/entrega poderá ocorrer no período da tarde, noite ou em finais de semana, para que não haja interferência no expediente normal de trabalho, desde que previamente autorizado pelo CONTRATANTE;
- t) prestar assistência durante o período de garantia, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, consubstanciada na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com a periodicidade definida pelo fabricante, na instalação e aceite dos equipamentos em questão;
- u) fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, quaisquer componentes adicionais, necessários ao perfeito fornecimento do(s) bem(ns) adquirido(s);
- v) enviar ao CONTRATANTE, caso haja a necessidade de instalação do(s) bem(ns) adquirido(s), relação nominal e dados documentais de todos os funcionários que trabalharão na execução dos serviços, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início dos trabalhos. Qualquer alteração na relação dos funcionários deverá ser imediatamente comunicada ao CONTRATANTE;
- x) manter a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança contra riscos de acidentes, se for o caso;
- y) manter a execução dos serviços em ritmo adequado e eficiente, se for o caso;
- z) montar o(s) bem(ns) adquirido(s) e deixá-lo(s) em perfeita(s) condição(ões) de uso, se for o caso;
- aa) entregar manuais técnicos, certificados e garantia original do fabricante, redigido em português, ou traduzido para o português, se for o caso, bem como todos e quaisquer documentos relacionados ao(s) bem(ns) fornecido(s) - individualmente;
- ab) emitir notas fiscais eletrônica, conforme determina a legislação vigente;
- ac) outras obrigações específicas descritas no Anexo Único, se for o caso.

Da CONTRATANTE

II – Obriga-se o CONTRATANTE:

- a) prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de seus representantes;
- c) notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto deste Termo, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
- d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados, visando a equiparação aos preços;
- e) efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com a forma e prazo estabelecido na cláusula segunda.



§1º O inadimplemento das obrigações previstas no presente contrato ou a ocorrência de qualquer das situações descritas no Artigo 78 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento – AR, a fim de que seja providenciada a regularização nos termos do Parágrafo Único do artigo 78.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ADITAMENTO

§1º – O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§2º – O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do Art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;

III – judicialmente, na forma da legislação vigente;

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão:

a) por até 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que

ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

b) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

d) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no inciso II.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

V – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

VI – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.

VII – Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VIII – As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra, bem como não impede que concomitantemente sejam aplicadas outras penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

IX – A multa será descontada dos créditos da CONTRATADA ou por outra forma de cobrança administrativa ou judicial, se for o caso, e em ultrapassando os créditos do contrato, seu valor será atualizado e compensado financeiramente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação.

X – O atraso para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega dos produtos.

XI – No caso da CONTRATADA não aceitar a ordem de fornecimento ou ocorrer qualquer atraso na entrega dos produtos, sem prévia e expressa justificativa, será considerado como recusa e, independentemente das multas previstas nos itens anteriores, poderá, a critério da Contratante, dar causa ao cancelamento da notificação, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de perdas e danos, honorários advocatícios e demais cominações legais, podendo então os demais licitantes ser convocados por ordem de classificação enquanto houver conveniência para a Contratante.

§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§2º As sanções previstas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência do Diretor de Logística e Finanças, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§3º A sanção administrativa prevista no inciso IV, por força do art. 87, § 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Administração, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 5 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações, demais normas legais federais e estaduais vigentes, o Edital do(a) **Pregão Presencial nº 63-18-CBMSC** e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FISCAL E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Do Fiscal do Contrato

I – O(s) FISCAL(IS) DO CONTRATO é(são) o(s) **Ten Cel BM Walter Parizotto, contato(s): (49) 99917-5115 / 14_cmt@cbm.sc.gov.br**, devendo solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidades e saldo para pagamento. Essa competência poderá ser delegada para outro servidor bombeiro militar, desde que essa delegação seja publicada em Boletim Interno próprio ou do quartel a que estiver subordinado, além de ser indispensável a ciência por escrito do servidor que recebeu a delegação, como também a comunicação formal à DLF da substituição do gestor do contrato.

Do Recebimento do Objeto

§1º O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão, podendo ser:

a) provisoriamente, mediante recibo na Nota Fiscal por servidor(es) designado(s) pelo gestor do contrato, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; e

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pelo Diretor de Logística e Finanças do CONTRATANTE, nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, conforme exigência do §8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, ou mediante recibo, pelo gestor, nos demais casos.

§2º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

§3º Os objetos contratados deverão ser desembalados e conferidos por técnicos capacitados da CONTRATADA. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

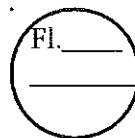
§4º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências, e comunicado a CONTRATADA para que no prazo constante na Cláusula Terceira, contados do recebimento do comunicado expedido pelo gestor, sane os problemas detectados e, se for o caso, substitua o(s) produto(s) entregue(s) por outro compatível com a proposta apresentada, nos termos do objeto deste contrato.

§5º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e/ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§6º Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor ou por uma comissão, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. Os representantes do CONTRATANTE, sob pena de serem responsabilizados administrativamente, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

§7º A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

§8º A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções



resultantes da execução ou de materiais empregados.

§9º A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

§10º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Do Preposto da Contratada

II – O PREPOSTO DA CONTRATADA, encarregado de tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato é o(a):

- Sr(a) Enéias Cadori;
- Contato(s): (49) 99982-3613 / cadori_adm@yahoo.com.br.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, acompanhado das testemunhas abaixo.

Florianópolis, 26 de julho de 2018.

LUÍS HENRIQUE DE OLIVEIRA – Coronel BM
CONTRATANTE

ENÉIAS CADORI
CONTRATADA

Testemunhas:

ASSINATURA – Testemunha 1

Nome completo:

RODRIGO PHELIPE PELEGGER - Sd BM
Mtdl 931683-3

CPF:

ASSINATURA – Testemunha 2

Nome completo:

RÔMULO RODRIGUES MONZON - Sd BM
Mtdl - 932375-9

CPF:

ANEXO “ÚNICO” AO CONTRATO**1. QUADRO QUANTITATIVO**

Lote	Item	Produto	Unidade	Qtde	Marca / Modelo	Valor Unitário	Valor Total
I	1	Pilar 25x25 - ext. 7,6m - 6 bar. aço 12,50mm, est. c/12,0cm / fck 30MPa	Unidade	8	P.M.OESTE	R\$ 335,00	R\$ 2.680,00
I	2	Vigas pré-moldada 14x40cm - 8 bar. aço 12,50mm, est. c/14,0cm / fck 30MPa - 12 mts comprimento	Unidade	5	P.M.OESTE	R\$ 4.280,99	R\$ 21.404,95
I	3	Cálces concreto armado 75x75 - altura 1,40m - concreto fck 25MPa / taxa armad.=75kg/m³	Unidade	8	P.M.OESTE	R\$ 2.403,22	R\$ 19.225,76
I	4	Estacas escavadas diam. 30cm - ext. de 4,00m - concreto fck 25MPa	Unidade	8	P.M.OESTE	R\$ 1.360,00	R\$ 10.880,00
I	5	Bloco de concreto 14x19x39cm - vedação	Unidade	900	P.M.OESTE	R\$ 2,40	R\$ 2.160,00
I	6	Piso Intertravado com bloco retangular de concreto cor natural de 20x10cm, espessura 6cm	m²	454	P.M.OESTE	R\$ 22,00	R\$ 9.988,00
I	7	Piso intertravado com bloco retangular de concreto colorido (guia e alerta) de 20X10cm, espessura 6cm.	m²	200	P.M.OESTE	R\$ 28,00	R\$ 5.600,00
I	8	Meio Fio Pré-moldado em concreto armado 100x30x11	Unidade	250	P.M.OESTE	R\$ 25,30	R\$ 6.325,00
I	9	Treliça TG 8cm x 12 metros	Unidade	75	ARCELORMITTAL	R\$ 61,95	R\$ 4.646,25
I	10	Concreto usinado 25Mpa	m³	83	CONCREBAL	R\$ 230,00	R\$ 19.090,00
II	11	peça de madeira 10cm X 2,5cm X 540cm	m³	5	M. CASAGRANDE	R\$ 1.220,00	R\$ 6.100,00
II	12	peça de madeira 15cm X 2,5cm X 540cm	m³	7	M. CASAGRANDE	R\$ 1.220,00	R\$ 8.540,00
II	13	peça de madeira 20cm X 2,5cm X 540cm	m³	7	M. CASAGRANDE	R\$ 1.220,00	R\$ 8.540,00
II	14	peça de madeira 5cmx7cm	m	100	M. CASAGRANDE	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
II	15	Areia média para alvenaria chapisco e rebo-co	m³	125	GR	R\$ 108,08	R\$ 13.510,00
II	16	Brita nº 02	m³	70	BRITABAL	R\$ 76,00	R\$ 5.320,00
II	17	Pó de pedra	m³	50	BRITABAL	R\$ 85,50	R\$ 4.275,00
II	18	Tijolos 6 furos	Unidade	10000	OLIVEIRA	R\$ 0,62	R\$ 6.200,00
II	19	Meio tijolo 6 furos	Unidade	5000	OLIVEIRA	R\$ 0,59	R\$ 2.950,00
II	20	Cimento CP II saco de 50Kg	Saco	1500	SUPREMO	R\$ 24,50	R\$ 36.750,00
II	21	Kit Porta interna laqueada, semi oca com	Unidade	7	MORIÁ	R\$ 780,00	R\$ 5.460,00

		marco de 14 cm, incluso ferragens					
II	22	Piso cerâmico de primeira qualidade 40x40 cm	m²	150	PISOFORTE	R\$ 22,35	R\$ 3.352,50
II	23	Argamassa colante AC I saca de 20 kg	Saco	100	CERANFIX	R\$ 12,30	R\$ 1.230,00
II	24	Rejunte acrílico sc de 1Kg	Unidade	80	CERANFIX	R\$ 3,40	R\$ 272,00
III	25	Arame aço recozido n.18	Kg	150	ARCELORMITTAL	R\$ 8,90	R\$ 1.335,00
III	26	Aço CA-60 8.00mm - barra 12mts	Unidade	300	ARCELORMITTAL	R\$ 23,27	R\$ 6.981,00
III	27	Aço CA-60 5.00mm - barra 12mts	Unidade	700	ARCELORMITTAL	R\$ 11,90	R\$ 8.330,00
III	28	Aço CA-60 6.30mm - barra 12mts	Unidade	600	ARCELORMITTAL	R\$ 14,30	R\$ 8.580,00
III	29	Terças metálicas tipo enrijecida	Mt	250	ARCELORMITTAL	R\$ 43,00	R\$ 10.750,00
III	30	Parafuso autobrocante TEX 12x3/4	Unidade	1200	JOMARCA	R\$ 0,63	R\$ 756,00
III	31	Perfil aço erigecido tipo U 7x5 cm	Mt	510	PERFIMAX	R\$ 9,12	R\$ 4.651,20
III	32	Chapa de aluzinco crua espessura 0.43mm	m²	390	BRASTELHAS	R\$ 8,12	R\$ 3.166,80
III	33	Chapa de aluzinco em pintura vermelho segurança espessura 0.43mm	m²	300	BRASTELHAS	R\$ 29,00	R\$ 8.700,00
III	34	Perfil aço erigecido tipo U 10x5 cm	Mt	60	PERFIMAX	R\$ 29,57	R\$ 1.774,20
III	35	Exaustor axial, metálico, Diâmetro Externo: 300 mm, Vazão mínima de: 2.000 M³/H, com motor de rotação mínima de Rotação do Motor: 1600 RPM.	Unidade	4	VANTEC	R\$ 300,00	R\$ 1.200,00
III	36	Exaustor eólico com axial acoplado, metálico, Diâmetro Externo: 300 mm, Vazão mínima de: 2.000 M³/H, com motor de rotação mínima de Rotação do Motor: 1600 RPM, com no mínimo 24 aletas em alumínio, Em aço galvanizado 800mm x 600mm x 0,5mm(espessura), recortada no centro acompanhada de duto chamado de canal sucção no diâmetro de 300 x 300(altura)	Unidade	2	VANTEC	R\$ 492,40	R\$ 984,80
III	37	Eletrodo para solda elétrica	Kg	90	PLASTUBOS	R\$ 19,90	R\$ 1.791,00
IV	38	Tubo PVC para esgoto ou águas pluviais dn 100 mm - barra 6mts	Unidade	80	PLASTUBOS	R\$ 48,90	R\$ 3.912,00
IV	39	Tubo PVC para esgoto ou águas pluviais dn 40mm - barra 6mts	Unidade	45	PLASTUBOS	R\$ 54,00	R\$ 2.430,00
IV	40	Joelho PVC 90° para esgoto ou águas pluviais dn 40mm	Unidade	35	PLASTUBOS	R\$ 6,10	R\$ 213,50
IV	41	Joelho PVC 45° para esgoto ou águas pluviais dn 40mm	Unidade	35	PLASTUBOS	R\$ 2,99	R\$ 104,65
IV	42	Joelho PVC 90° para esgoto ou águas pluviais dn 100mm	Unidade	35	PLASTUBOS	R\$ 5,10	R\$ 178,50
IV	43	TE PVC para esgoto ou águas pluviais dn 100x40mm	Unidade	35	PLASTUBOS	R\$ 14,50	R\$ 507,50

IV	44	Y PVC para esgoto ou águas pluviais dn 100x100mm	Unidade	25	PLASTUBOS	R\$ 19,33	R\$ 483,25
IV	45	Caixa sifonada 400x40x40x100 com grelha quadrada branca	Unidade	10	TIGRE	R\$ 23,93	R\$ 239,30
IV	46	Bloco autônomo 2x55w com cibié - emergência	Unidade	10	MANPLEX	R\$ 330,00	R\$ 3.300,00
IV	47	Placa de Saída LED dupla face	Unidade	10	MANPLEX	R\$ 90,50	R\$ 905,00
IV	48	Caixa de Água em fibra 10.000 lts	Unidade	1	BAKOF	R\$ 2.932,75	R\$ 2.932,75
IV	49	Bio fossa Polietileno 1850lts	Unidade	1	BAKOF	R\$ 1.610,00	R\$ 1.610,00
IV	50	Bio filtro polietileno 1850lts	Unidade	1	BAKOF	R\$ 1.866,55	R\$ 1.866,55
IV	51	Luminária tipo calha de 1mt com 2 lâmpadas led	Unidade	60	LLUM	R\$ 137,23	R\$ 8.233,80
IV	52	Tubo Plástico em PVC soldável para água fria predial DN 25 mm - barra 6 mts	Unidade	14	PLASTUBOS	R\$ 16,90	R\$ 236,60
IV	53	Luva em PVC soldável com bucha de latão 25mm	Unidade	18	PLASTUBOS	R\$ 6,10	R\$ 109,80
IV	54	TE PVC soldável para água fria predial 25mm	Unidade	12	PLASTUBOS	R\$ 2,60	R\$ 31,20
IV	55	Joelho PVC soldável 90g para água fria predial 25mm	Unidade	13	PLASTUBOS	R\$ 1,40	R\$ 18,20
IV	56	Registro de gaveta com canopla para vaso sanitário	Unidade	6	DURIN	R\$ 58,00	R\$ 348,00
IV	57	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada de louça de cor branca	Unidade	6	LOGASA	R\$ 290,00	R\$ 1.740,00
IV	58	Cuba para bancada de mármore	Unidade	6	CALZA	R\$ 149,90	R\$ 899,40
IV	59	tinta esmalte semi-brilho cor vermelha (galão de 18l)	Unidade	9	REVESTIN	R\$ 220,00	R\$ 1.980,00
IV	60	tinta esmalte acrílica semi-brilho cor amarela (galão de 18l)	Unidade	8	REVESTIN	R\$ 199,00	R\$ 1.592,00
IV	61	tinta esmalte semi-brilho branco gelo (galão de 18l)	Unidade	7	REVESTIN	R\$ 204,00	R\$ 1.428,00
V	62	Tomada simples de embutir 10 a 250 cv com placa tipo silintoque, pial ou equivalente	Unidade	35	MECTRONIC	R\$ 10,00	R\$ 350,00
V	63	Interruptor simples de embutir 10 a 250 cv com placa, tipo silintoque pial ou equivalente	Unidade	34	MECTRONIC	R\$ 8,10	R\$ 275,40
V	64	interruptor triplo de embutir 10 a 250cv com placa, tipo silintonque pial ou equivalente	Unidade	12	MECTRONIC	R\$ 21,50	R\$ 258,00
V	65	Fio rígido isolamento em PVC 45/750v, 2,5 mm rolo de 100 mts	Unidade	20	PREMIUN	R\$ 110,00	R\$ 2.200,00
V	66	Fio rígido isolamento em PVC 45/750v, 4,0 mm rolo de 100 mts	Unidade	12	PREMIUN	R\$ 168,00	R\$ 2.016,00
V	67	Fio rígido isolamento em PVC 45/750v 10,00 - rolo 100 mts	Unidade	10	PREMIUN	R\$ 190,02	R\$ 1.900,20
V	68	Disjuntor bifásico 40 amperes, 2ka-220v	Unidade	12	SOPRANO	R\$ 28,90	R\$ 346,80



V	69	Disjuntor bifásico 25 amperes, 2ka-220v	Unidade	7	SOPRANO	R\$ 12,00	R\$ 84,00
V	70	Caixa para 6 disjuntores	Unidade	2	SOPRANO	R\$ 60,00	R\$ 120,00
V	71	Tomada para chuveiro 9500w	Unidade	3	MECTRONIC	R\$ 14,00	R\$ 42,00
V	72	Tubulação 1" PVC rígido com conexões	Mt	292	TIGRE	R\$ 10,30	R\$ 3.007,60
VII	74	Container em aço 3.00x6.00m	Unidade	2	REEFER	R\$ 6.450,00	R\$ 12.900,00
VIII	75	Portão de elevação 2 dobras, quadro em estrutura metálica 30x70 mm, chapa 1,20 pintada na cor vermelha segurança, incluso montagens e ferragens de 4.00x5.00mts	Unidade	3	MET. FAXINAL	R\$ 2.602,80	R\$ 7.808,40
VIII	76	Motores tracionados com controle remoto individual - 1/4 de cv -220v	Unidade	2	WEG	R\$ 1.545,80	R\$ 3.091,60
VALOR TOTAL:							R\$ 336.699,46

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

2.2. LOTE VII – ITEM 74: CONTAINER EM AÇO 3.00X6.00M

a) CONTAINER USADO: TIPO DRY OU REEFER, TAMANHO 20 PÉS, 6 METROS.

b) Aquisição de 2 dois containers utilizados em transporte marítimo, tipo Dry ou Reefer, usados, com 02 (duas) portas traseiras com borrachas de vedação em perfeito estado de conservação, com sistema para fechamento externo com cadeado. Piso em compensando naval de no mínimo 20mm ou alumínio em ótimo estado. Deverá estar em boas condições de uso, sem furos, cortes ou ferrugem, deve estar com pintura externa em bom estado. Não poderá permitir a entrada de água da chuva. Dimensões mínimas externas de 20 pés, aproximadamente 6,00 metros de comprimento x 2,30 metros de largura e x 2,50 metros de altura.

c) Os 2 containers deverão incluir preço com frete incluído para entregar no Centro de Referência em Desastres Urbanos do Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê-SC, exceto o serviço de guincho para descarregá-los.

3. DA JUSTIFICATIVA:

3.1. A ampliação do CRDU com a construção de um espaço voltado ao estudo e qualificação na área de incêndios florestais repousa na necessidade que o Estado possui em melhor capacitar seu pessoal qualificado para a prevenção e combate de incêndios florestais, bem como realizar estudos específicos que levem em consideração as nossas especificidades com relação as matas e florestas de nossas regiões. Os dados do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, em 2017, apontam que os bombeiros combateram 13.240 casos de incêndios no ano passado, por todo o estado. Incêndios que em sua maioria poderiam ter sido evitados, ou combatidos com maior qualidade técnica. Dados da Associação catarinense de reflorestadores indicam que SC possui 660,7 mil hectares de florestas plantadas, possui mais de 15 mil empresas instaladas ligadas ao setor florestal e em torno de 700 mil empregos diretos gerados, que faz com que seja iminente e urgente a preservação das florestas catarinenses, missão essa que constitucionalmente pertence ao CBMSC.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) na(o) endereço SC 480, Km 88 – Linha Barro Preto – Xanxerê/SC – CEP 89820-000, Telefone: (49) 3382-2240, no horário compreendido entre 08h00 às 16h00.

5. DOS PRAZOS, DA GARANTIA E DO RECEBIMENTO

5.1. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) observadas as seguintes condições:

5.1.1. **o prazo de entrega do(s) produto(s) cotado(s) no lote VI** será de 90 (noventa) dia(s), a contar da data do contrato;

5.1.2. o fornecimento dos produtos dos lotes I a IV deverão ser feitos de acordo com a necessidade do contratante data da solicitação, devendo ser entregues de segunda a quarta-feira, conforme descrito abaixo;

a) Se solicitado nas sextas-feiras deverá ser entregue no período matutino da segunda-feira subsequente;

b) Se solicitado em qualquer outra data, até o 2º dia útil após o pedido;

5.1.3. **a garantia** do(s) produto(s) cotado(s), será de **12 (doze) meses, a contar da data de recebimento dos mesmos**;

5.1.3.1. Em casos onde se necessite o serviço de assistência técnica e/ou manutenção, os custos do deslocamento do veículo até o respectivo local do serviço ficará a cargo da empresa CONTRATADA.

5.1.4. **o prazo de validade da proposta será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão**; e

5.1.5. o texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e legislação específica no que couber.

5.1.6. os produtos devem ser entregues nas embalagens originais, conforme o caso.

5.2. O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão, podendo ser:

5.2.1. provisoriamente, mediante recibo na Nota Fiscal por servidor(es) designado(s) pelo fiscal do contrato, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; e

5.2.2. definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pelo Diretor Interino de Logística e Finanças do CONTRATANTE, nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, conforme exigência do §8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, ou mediante recibo, pelo gestor, nos demais casos.

5.3. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

5.4. **o prazo para correção e/ou substituição de produtos com defeitos**, será de 10 (dez) dia(s), a contar da data do recebimento da intimação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

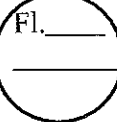
6.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações do Contratante o disposto na **Minuta do Contrato**, deste Edital.

6.2. O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A licitante vencedora obriga-se prestar os serviços ora licitados conforme **Cláusula Quinta da Minuta do Contrato**, deste Edital.

7.2. Os objetos contratados deverão ser desembalados e conferidos por técnicos capacitados da CONTRATADA. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que



sanada a situação.

7.3. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências, e comunicado a CONTRATADA para que no prazo constante no item 5.1.2., contados do recebimento do comunicado expedido pelo gestor, sane os problemas detectados e, se for o caso, substitua o(s) produto(s) entregue(s) por outro compatível com a proposta apresentada, nos termos do objeto deste contrato.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e/ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.5. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

7.6. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.7. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8. DO REAJUSTAMENTO

8.1. O preço proposto na presente licitação não será reajustado.

9. DO FISCAL DO CONTRATO

9.1. O fiscal do contrato é o Engenheiro do 14º BBM conforme segue seus dados:

9.1.1. Nome: Walter Parizotto

9.1.2. Posto/Graduação: Ten Cel BM

9.1.3. Matrícula: 920849-6;

9.1.3. Telefone: (49) 99917 5115

9.1.4. E-mail: 14_cmt@cbm.sc.gov.br

9.2. O Fiscal do contrato tem ciência que deve:

9.2.1. Ser o responsável pelo termo de referência e pela autenticidade de suas informações;

9.2.2. Ler e se inteirar do edital do processo licitatório, se fazendo presente no local e data da sessão, atuando como integrante da equipe de apoio;

9.2.3. Ler e se inteirar do contrato (prazos de entrega e vigência, produto/serviço adquirido, quantidade, marca/modelo, valor unitário/valor total, etc);

9.2.4. Acompanhar o andamento do contrato e realizar as devidas conferências quando da entrega do produto/serviço adquirido;

9.2.5. Comunicar via Nota Eletrônica (contratos@cbm.sc.gov.br) o Centro de Contratos e Convênios, em tempo hábil, qualquer problema durante a execução do contrato até o total cumprimento das obrigações das partes.

9.2.6. Essa competência poderá ser delegada para outro servidor bombeiro militar, desde que essa delegação seja publicada em Boletim Interno próprio ou do quartel a que estiver subordinado, além de ser indispensável a ciência por escrito do servidor que recebeu a delegação, como também a comunicação formal à DLF da substituição do Fiscal do Contrato.